

# *f o r u m* S O C I O L Ó G I C O

INSTITUTO DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO SOCIOLOGICA

IEDS/UNL

*Dossier:*

## **PIERRE BOURDIEU** **Memória e Actualidade**

Organização de Luís Baptista e João Sedas Nunes

Sociologia da Ciência

Vertigem Urbana...  
...Idílio Rural

Número **9/10** (2ª série)  
2003

**Director:** Moisés Espírito Santo

**Vice-Director:** José Manuel Resende

**Conselho Editorial:** Moisés Espírito Santo, Ana Alexandre Fernandes, Carlos Miguel Ferreira, João Pedro Silva Nunes, João Sedas Nunes, José Manuel Resende, Luís Vicente Baptista, Luís Miguel Chaves, Luís Rodrigues, Rui Telmo Gomes, João Gonçalves, Virgínia Coelho, Eduardo Costa Dias, Hugo Mendes

**Colaboração Editorial:** Élia Paiva, Iuri Albarran

**Capa:** Carlos Miguel

**Ilustração** gentilmente cedida pela Associação Portuguesa de Sociologia, autoria: Aira Mello

**Editor:** Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica

Departamento de Sociologia

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26-C

1069-061 Lisboa Tel.: 351 21 796 01 57 / 21 793 35 19 (ext. 362) Fax: 351 21 797 77 59

Portugal

**Apoios:** A publicação deste número foi apoiada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, APS – Associação Portuguesa de Sociologia e Fundação Calouste Gulbenkian.

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IMPULTEIRO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portugal



Fundação Calouste Gulbenkian

**Execução:** Gráfica 2000

**Depósito Legal:** N.º 64682/93

## ÍNDICE

Editorial .....	5
<b>DOSSIER: PIERRE BOURDIEU</b>	
Colóquio Memória e Actualidade seguido de Contribuições para o Debate	
Apresentação	
<i>João Sedas Nunes</i> .....	11
Abertura do Colóquio Memória e Actualidade – Diálogos com a obra científica de Pierre Bourdieu	
<i>Anália Cardoso Torres</i> .....	19
Reflexividade reformista e auto-análise	
<i>José Madureira Pinto</i> .....	21
À procura do(s) sentido(s) perdido(s)	
<i>José Manuel Resende</i> .....	31
O Contributo Transdisciplinar de Pierre Bourdieu para o Estudo do Campo Universitário e dos Intelectuais	
<i>Christophe Charle</i> .....	51
Comunicação apresentada na conferência <i>Memória e Actualidade – Diálogos com a obra científica de Pierre Bourdieu</i>	
<i>Louis Pinto</i> .....	65
« <i>Il faut faire...</i> ». O não cumprido programa de investigação de Pierre Bourdieu em sociologia da ciência	
<i>Hugo Mendes</i> .....	75
Da Impossibilidade da Revolução. Breve contributo sobre Bourdieu e os conceitos de luta e de mudança social	
<i>João Teixeira Lopes</i> .....	87
De « <i>L'économie de la maison</i> ». Notas sobre habitação e metrópole – o contributo de Pierre Bourdieu	
<i>João Pedro Silva Nunes</i> .....	91
Por uma concepção multidimensional de classe: o contributo de Bourdieu	
<i>Manuel Carlos Silva</i> .....	99

Teoria social, reprodução e violência simbólica: Um olhar sobre a teoria do sistema de ensino de Pierre Bourdieu <i>Miguel Cabrera</i> .....	111
---	-----

<i>Novos caminhos</i> . Breves notas sobre a mobilização da <i>teoria da prática</i> na construção de um ofício sociológico <i>Virgílio Borges Pereira</i> .....	127
---	-----

#### SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

Os Estudos de Ciência e Tecnologia e a Filosofia das Ciências Sociais <i>Steve Fuller</i> .....	135
--	-----

#### VERTIGEM URBANA...

Crescimento urbano, modernização e fragmentação social <i>Maria da Penha Smarzaro Siqueira</i> .....	165
---	-----

Cidades e Metrôpoles. 50 séculos de Alquimia Urbana <i>José Silva Pinto</i> .....	189
--	-----

Analizando el Crecimiento de una Ciudad: Un Recorrido por la Planificación Urbana en a Coruña (Noroeste de España) <i>Patricia Lorenzo Ruiz, Marisa Gabriela López Schmidt, Begoña Blanco Núñez</i> .....	221
--	-----

A gestão sustentável das zonas costeiras portuguesas; reflexões a propósito do contributo das ciências sociais <i>João Lutas Craveiro</i> .....	237
--	-----

Considerações sobre o ramo sociológico de Ecologia Humana <i>Miguel Brandão</i> .....	255
--	-----

Representações e práticas da masculinidade no universo do <i>graffiti</i> <i>Sara Dalila Aguiar Cerejo</i> .....	271
---	-----

#### ... IDÍLIO RURAL

Turismo rural: a reinvenção urbana da ruralidade <i>Eduardo Costa Duarte Ferreira</i> .....	295
--	-----

Um projecto de intervenção local. À descoberta do património: o Santuário do Divino Senhor da Serra <i>José Jordão e Eugénia Costa</i> .....	307
---	-----

RECENSÕES CRÍTICAS .....	327
--------------------------	-----

Com o n  
no período de  
números publ  
vez mais dedi  
Em torn  
*Memória e Ac*  
na Faculdade  
nho de 2003,  
o debate acer  
coordenado p  
Só uma  
dores do ever  
à FCSH-UN  
Fundação C  
publicação  
para a Ciênc  
tribuíram ig  
Steve  
ologia da C  
nhecido co  
nos debate  
construtivi  
filosofia re  
ciência. Es  
ciência he  
anti-norm  
vimento d  
ologia do  
crítica da  
Um  
*Idílio Ru*  
experiên  
ou antes



## A PROCURA DO(S) SENTIDO(S) PERDIDO(S): DOS LIMITES DAS CONCEPÇÕES DE PODER E DE DOMINAÇÃO SIMBÓLICA EM PIERRE BOURDIEU EQUACIONADOS A PARTIR DAS SUAS REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL E SIMBÓLICA<sup>1</sup>

por Manuel Resende\*

**O mundo é a minha representação ou a sociedade é produzida  
por uma linguagem autorizada? Incursões sobre a representação simbólica  
produzida por quem tem reconhecidamente o direito de o nomear**

Todos os caminhos teóricos da sociologia podem confluír no universo das representações. Sejam quais forem as justificações que presidam à sua definição como conceito sociológico, as representações não devem ser consideradas como categoria analítica inseparável dos juízos humanos formulados sobre o seu mundo e o mundo dos outros, ou, o que vem dar ao mesmo, sobre «o mundo como representação» (Chartier, 1989:1505-1520).

As tentativas ancestrais «do mundo como representação» em demandar ontologicamente os itinerários da humanidade, fá-lo constituir – o efeito de humanidade – como medida de grandeza enquanto termo de referência indispensável para o exercício dos actos de julgamento realizados pelos seres humanos. A sua referência como medida de grandeza é apercebida sobretudo como elemento utilizado e integrado nas operações de enunciação subjacentes ao próprio trabalho de representação.

O mais interessante é verificar que a propriedade do trabalho de representação – como guia ontológico e como instrumento que enuncia alguma coisa – não decorre directamente da sua natureza ou da natureza do seu próprio mundo enquanto entidade meta-social. As suas demandas fluem directamente das redes de interacção socialmente produzidas reciprocamente por todos que se encontram envolvidos naquele trabalho.

\* Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É também membro do Centro de Investigação – Forum Sociológico – que é uma unidade orgânica pertencente à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A crença resultante dos efeitos produzidos pelo trabalho de representação, particularmente no domínio da enunciação, «pressupõe a existência de um «espaço-rede» que liga entre si os objectos mais afastados, efectuando tal ligação à custa de uma simpatia dirigida por leis específicas (a coexistência orgânica, a analogia formal ou simbólica, as simetrias funcionais)» (...) (Eliade,1992:36).

O espaço-rede representa pois a base da construção das formas de representação realizadas historicamente pelos seres humanos. A sua constituição resulta das relações estabelecidas pelos contactos permanentes dos humanos.

Redes, contactos, relações, interacções, traduções (Boltanski:1990) são muitas maneiras de dizer modalidades de comunicação da hexis corporal de uns em relação à dos outros e vice-versa. Sem a aquisição de instrumentos verbais, escritos, gestuais, enfim, sem as técnicas de corpo (Mauss:1997, 1ª edição 1950) socialmente aprendidas para os actos de representação utilizados nesses espaços-redes, isto é, transmitidos por desempenhos de acordo com cada contexto, não seria viável a produção de representações. Estas seriam o produto de encontros bem sucedidos ou de encontros desencontrados. Uns e outros resultariam sempre de encontros entre pessoas e coisas, simultaneamente aprendidas como sujeitos e objectos dos próprios actos de representação.

## 2. O conceito de representações sociais na sociologia reflexiva de Bourdieu

Se a representação do mundo é um trabalho exclusivo dos seres humanos em contacto uns com os outros, a interpretação sociológica deste facto não é inteiramente consensual. O lugar central concedido por Durkheim e por Halbwachs à linguagem como instrumento privilegiado para a enunciação das representações foi a pista que nos conduziu à sociologia reflexiva de Bourdieu, em particular, o seu entendimento sobre este objecto no âmbito de uma concepção sobre os processos de construção autorizada da representação do mundo.

Na apresentação dos princípios teóricos que orientam as suas investigações, Bourdieu costuma usar a combinação dos conceitos estruturas e construção sociais para os tornar mais adequados às suas preocupações analíticas. Deste modo, o seu estruturalismo genético (Bourdieu,1987a):24), ou noutros termos, o seu construtivismo estruturalista ou o estruturalismo construtivista (Bourdieu,1987:b)147) aparecem como a matriz teórica a partir da qual o autor constrói a sua armadura teórica.

A construção do conceito de representações sociais não escapa a esta regra geral. Nos seus múltiplos quadros de referência teórica (Bourdieu:1987a),b),c)), destacamos aqui sumariamente os contributos colhidos pelo autor a partir das reflexões efectuadas por Ernest Cassirer na sua *Filosofia das Formas Simbólicas*, designadamente no seu aprofundamento de «a fenomenologia do conhecimento» (Cassirer:1972).

No âmbito da sua tentativa de construir uma teoria da acção social, o questionamento sobre as modalidades e os mecanismos que comandam a produção das representações em sociedades estruturadas por uma distribuição desigual de posições, e

concomitantemen  
a incluir o referido  
lência simbólicas  
mas. De facto, a co  
explicar os fundam  
classes dominan  
aquelas represen  
o uso não reconh  
ga bruta ou da b

O trabalho  
mecanismo fund  
através do exercí  
de uma probabi  
social nas socied  
constitutivos do  
que aquela prol

Este trabalh  
cinnado com o t  
que detêm um  
seu «estado»

(Bourdieu,1975  
namente auto

condicional de

É preciso  
poder simbólic  
lítica. O trabalh  
er para aque  
simbólica, ins  
modernas, de  
mente autônc

O trabalh  
instrumentos  
iluminantes, p  
de várias gera  
corporado e  
objetivação

Daqui r  
do capital c  
lências. Por  
no passado,

A ênfase  
nal, em dete



ção, particu-  
ção-rede» que  
uma simpatia  
simbólica, as

representação  
das relações

o muitas ma-  
relação à dos  
situais, enfim,  
didadas para os  
s por desem-  
representações.  
encontrados.  
ltaneamente

## Bourdieu

nos em con-  
teiramente  
à linguagem  
ista que nos  
mento sobre  
autorizada

investigações,  
sociais para  
u estrutura-  
mo estrutu-  
mo a matriz

regra geral.  
destacamos  
efectuadas  
nte no seu

o social, o  
odução das  
posições, e

concomitantemente de recursos ou capitais detidos pelos seus ocupantes, leva Bourdieu a incluir o referido conceito dentro da sua visão sobre a constituição do poder e da violência simbólicas instituídos em diferentes instâncias existentes nas sociedades modernas. De facto, a construção da sua matriz teórica à volta do poder simbólico possibilita-lhe explicar os fundamentos genéticos ligados à estruturação das representações criadas pelas classes dominantes sobre a sociedade assimetricamente constituída, e de que forma aquelas representações lhes asseguram a conservação daquele poder sem ser necessário o uso não reconhecido, e, por isso, ilegítimo, da violência arbitrária, isto é, o uso da força bruta ou da brutalidade da violência física por parte dos aparelhos estatais.<sup>2</sup>

O trabalho de objectivação realizado pelos grupos dominantes aparece como o mecanismo fundamental para se entender o processo de re-produção da ordem social através do exercício do poder e da dominação simbólicas. Por outras palavras, a hipótese de uma probabilidade elevada de se verificar historicamente a re-produção da ordem social nas sociedades modernas passa pelo estudo das modalidades e dos mecanismos constitutivos do espaço simbólico, e pela forma como aqueles processos contribuem para que aquela probabilidade subjectiva se transforme numa possibilidade objectiva.

Este trabalho está sobretudo ligado às classes dominantes, e, nomeadamente, relacionado com o trabalho intelectual exercido pelas suas fracções dominadas, isto é, aquelas que detêm um forte património cultural, quer no seu «estado incorporado», quer no seu «estado objectivado», quer ainda no seu «estado institucionalizado» (Bourdieu, 1979a):3-6). Habitualmente, são estas fracções, com capital cultural legitimamente autorizado porque socialmente reconhecido, que detêm maior probabilidade condicional de acesso aos lugares de decisão das políticas do Estado<sup>3</sup>.

É preciso notar, no entanto, que os efeitos destas formas específicas de exercer o poder simbólico não são exclusivas do trabalho realizado nas instâncias de decisão política. O trabalho de representação efectuado noutras instâncias pode também concorrer para aquela finalidade. A extensão assumida pelos trabalhos de representação simbólica, instrumentos eficazes do exercício do poder e da dominação nas sociedades modernas, deve-se à crescente segmentação do espaço societal em sucessivos e relativamente autónomos campos<sup>4</sup>.

O trabalho de objectivação não pode ser exercido com êxito se não for assegurado pelos instrumentos patrimoniais que fazem parte integrante do património cultural das classes dominantes, particularmente da sua fracção dominada, muitas vezes acumulado ao longo de várias gerações. Por agora, salientamos a importância conferida pelo autor ao estado incorporado e ao estado objectivado do capital cultural nas suas relações com o trabalho de objectivação exercido por quem de direito, isto é, por quem está licenciado para o fazer<sup>5</sup>.

Daqui resulta o lugar de destaque também assumido pelo estado institucionalizado do capital cultural. São quase sempre os títulos académicos que asseguram as referidas licenças. Por isso, eles assemelham-se às outras modalidades, existentes no presente ou no passado, de credenciar os agentes, como por exemplo os títulos nobiliárquicos<sup>6</sup>.

A ênfase aqui posta ao estado incorporado e ao estado objectivado do capital cultural, em detrimento do estado institucionalizado, não pode ser entendida como uma ati-

tude movida por qualquer interesse em amputar a perspectiva do autor. Esta opção decorre do facto de aqueles dois estados – incorporado e objectivado – se aproximarem melhor do entendimento formulado por Bourdieu sobre as relações íntimas estabelecidas pelo «*habitus* linguístico e o *hexis* corporal» (Bourdieu, 1998a):75-86) no âmbito das relações mais extensas estabelecidas pela linguagem e o poder simbólico.

### 2.1. *As representações e os usos sociais da língua*

A função das representações sociais é também um assunto analiticamente trabalhado por Bourdieu. A sua preocupação, indo ao encontro da fenomenologia de Cassirer ao relacionar as representações do mundo com as práticas discursivas dos agentes, ultrapassa-a, ao incluir na sua análise a crítica a esta percepção representativa da linguagem como uma propriedade comum possuída por todos, isto é, como um recurso igualmente detido por todos os agentes e igualmente trabalhado por todos enquanto forma de capital ligado ao exercício do poder simbólico.

A sua incursão sobre este domínio é feita no sentido de demonstrar, por um lado, que o capital linguístico<sup>7</sup> enquanto dimensão instituída do poder simbólico é um recurso socialmente escasso, e, por outro lado, que as modalidades e os mecanismos utilizados pelas classes dominantes no sentido de imporem as suas visões sobre o mundo derivam de um trabalho de legitimação reconhecido pelos dominados. O reconhecimento da legitimidade do poder e da dominação simbólica exercidos pelos dominantes está inscrito na *força da representação* dos processos de imposição das visões e divisões legitimamente ali estabelecidas e enunciadas como actos de instituição, isto é, como actos de identificação e consagração daquilo que se pretende instituir com alguma duração temporal.

Ao invés de acontecer nas sociedades modernas a potencial pluralidade de existência de processos de estruturação possíveis,

«o mundo social apresenta-se como uma realidade fortemente estruturada. (...) O espaço social (...) apresenta-se sob a forma de agentes providos de diferentes propriedades e sistematicamente ligadas entre eles: aqueles que bebem champanhe opõem-se àqueles que bebem whisky, mas opõem-se também, de outra forma, àqueles que bebem vinho tinto; mas aqueles que bebem champanhe têm mais possibilidades do que aqueles que bebem whisky, e infinitamente mais possibilidades do que aqueles que bebem vinho tinto, de ter móveis antigos, de praticar o golfe, a equitação, de frequentar o teatro de vanguarda, etc.» (Bourdieu, 1987 b):157-158).

Neste sentido, as representações sobre o julgamento do gosto e que interferem tanto na produção como no consumo cultural dependem, quer das posições sociais detidas pelos agentes no espaço, quer das propriedades ou dos recursos acumulados ao longo da história de cada agente combinada com a acumulação feita ao longo da história do



seu grupo doméstico de origem. Ora as diversas utilizações do julgamento do gosto nas práticas dos agentes estão intimamente relacionadas com os usos sociais da língua tanto nos registos escritos como na fala.

A dupla estruturação das representações simbólicas observadas no âmbito da construção social do julgamento do gosto e no âmbito dos usos sociais da língua materna é uma tradução mimética, nestas duas dimensões das práticas distintivas dos agentes, de uma outra dupla estruturação do mundo social agora com um alcance ainda mais generalizado. Na verdade, quando Bourdieu explora a existência de um mercado da língua e de um mercado de bens simbólicos distintivamente procurados pelos agentes, em correspondência devidamente ajustada com as suas propriedades feitas corpo, a sua preocupação analítica não se limita a estudar esta correspondência ao nível das relações que se estabelecem no âmbito das relações entre as classes sociais, polarizando-as ou não em dois pontos topograficamente opostos – classes dominantes versus classes dominadas.

O seu interesse é alargar esta reflexão a um outro patamar mais complexo. De facto, a dupla estruturação atrás enunciada também se observa ao nível das próprias percepções construídas pelos agentes. Seguindo o seu raciocínio,

«a percepção do mundo social é o produto de uma dupla estruturação: do lado objectivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes ou às instituições se apresentam nas combinações que têm probabilidades muito desiguais (...); do lado subjectivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação, particularmente aqueles que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico (...)» (ibidem:158).

## 2.2. O corpo e as suas relações com a linguagem

Para que a força dos actos de instituição das representações instituídas por quem de direito - tácita e socialmente reconhecido para o fazer -, produza uma duração correspondente aos seus efeitos enquanto forma de poder é indispensável perceber a sua relação com o corpo. Por outras palavras, é fundamental compreender que a linguagem enquanto veículo, quer do poder da representação, quer do acto da sua instituição, «é uma técnica do corpo». Mas, paralelamente ao facto de ser considerada como técnica de corpo, no sentido atribuído por Mauss, «a competência propriamente linguística e, muito especialmente, fonológica, é uma dimensão do *hexis* corporal onde se exprime toda a relação do mundo social e toda a relação socialmente instruída sobre o mundo» (Bourdieu, 1998a):81).

A chamada de atenção aqui feita a propósito da linguagem como uma «técnica do corpo» corresponde a um aviso feito por Bourdieu aos juízos habitualmente produzidos pelos cientistas da linguagem que asseguram o poder das palavras desligado, quer das propriedades sociais, culturais e linguísticas de quem as produz, quer das mesmas pro-

priedades que garantem o seu acesso às instâncias que necessitam das palavras para exercer com eficácia os efeitos daquele mesmo poder. Não é por acaso, assegura o sociólogo francês, que se verifica um investimento distintivo burguês semelhante, quer na sua relação com a linguagem, quer na sua relação com o corpo. Na verdade,

«o sentido da aceitabilidade que orienta as práticas linguísticas está inscrito no mais profundo das disposições corporais (...). Tudo permite supor que, através daquilo a que Pierre Guiraud chama o 'estilo articulatório', o esquema corporal característico de uma classe determina o sistema de traços fonológicos que caracterizam uma pronúncia de classe: a posição articulatória mais frequente é um elemento de um *estilo global dos usos da boca* (no falar, mas também no comer, no beber, na maneira de rir, etc.) (...)» (ibidem:81).

Desta forma, linguagem e corpo unem-se num investimento comum realizado pelas diferentes classes sociais. Esta articulação não desfaz a dependência das primeiras – as práticas da linguagem e as disposições corporais – em relação às propriedades estruturais detidas pelas segundas – as diferentes classes sociais. São os atributos sociais – os capitais<sup>8</sup> – que tornam possível não só aqueles investimentos, mas também a qualidade e quantidade daqueles mesmos investimentos.

E é por isso que a linguagem e a força da sua representação enquanto fenómeno instituído desempenham um lugar de destaque nesta perspectiva sociológica. Logo, «o poder das manifestações linguísticas», isto é, a sua eficácia, ou melhor, a lógica da sua eficácia depende do grau do reconhecimento da sua autoridade. O que interessa sublinhar é que a referida autoridade não deriva directamente da linguagem. Ela vem de fora e «essa autoridade» é, quando muito, *representada* pela linguagem, manifestando-a, simbolizando-a (...)» (ibidem:95).

Vindo de fora a autoridade do uso da linguagem depende mais uma vez «da posição do locutor, a qual comanda o acesso que este pode ter à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima» (ibidem:97). O poder simbólico do discurso autorizado não está encerrado dentro de si mesmo.

Na realidade, o seu poder está preso às

«condições institucionais da sua produção e recepção. A especificidade do discurso de autoridade (curso professoral, sermão, etc.) reside no facto de que não basta que ele seja compreendido (pode até, em certos casos sê-lo, sem perder o seu poder) e de que ele só exerce o seu efeito próprio na condição de ser *reconhecido* como tal. Esse reconhecimento – acompanhado ou não da compreensão – só é concebido, de forma evidente, sob certas condições, que são aquelas que definem o uso legítimo: deve ser pronunciado pela pessoa legitimada para o pronunciar (...); conhecido e reconhecido como habilitado e capacitado para produzir essa classe particular de discurso, padre, professor, poeta, etc.; deve ser pronunciado numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos (...); deve, por fim, ser enunciado nas formas sintácticas e fonéticas legítimas» (ibidem:99-101).



2.3. *Dos actos de instituição da linguagem à constituição dos grupos*

A representação da autoridade pela linguagem só adquire a sua habilitação actuante enquanto forma de poder se ela for objecto de representação simbólica. A eficácia dessa representação é exercida pelos ritos de instituição, tão antigos quanto o são as diversas formas de poder simbólico. O seu significado simbólico socorre-se do facto de o poder destes ritos ser um poder que licencia simultaneamente a acção «sobre o real agindo» e a acção «sobre a representação do real» (ibidem:112)<sup>9</sup>. Assim, o discurso performativo que aparece associado aos actos de instituição - autênticos actos de comunicação que notificam, autorizando, o sentido da identidade - transforma o parecer ser no ser efectivo, tal como na fórmula ««torna-te no que és»» (...) a «magia performativa de todos os actos de instituição» (ibidem:115).

Pela acção do Estado e dos seus agentes autorizados podemos identificar determinados ritos de instituição que contribuem para a institucionalização de grupos e de categorias sociais. Colocando-se como herdeiro do pensamento durkheimiano, Bourdieu intenta generalizar a hipótese formulada por Durkheim, «segundo a qual as «formas primitivas de classificação» aplicadas pelos «primitivos» ao mundo são o produto da incorporação de estruturas dos grupos em que se encontram inseridos (...)» (Bourdieu, 1997, 1ª edição 1994:86).

Transpondo aquela hipótese para as sociedades modernas socialmente mais diferenciadas, compete ao Estado impor e inculcar «de maneira universal, à escala de uma certa instância territorial, estruturas cognitivas e valorativas idênticas ou semelhantes» (ibidem:86). Ora è nas referidas estruturas cognitivas que se encontra oculto o fundamento da existência «de um «conformismo lógico» e de um «conformismo moral» (expressões estas de Durkheim), de um acordo tácito, pré-reflexivo, imediato, sobre os sentidos do mundo, que está na origem da experiência do mundo como «mundo do senso comum»» (ibidem:86).

Através deste trabalho de imposição, o Estado e os seus mandatários são os tribunais supremos no que concerne à institucionalização dos grupos e das categorias sociais. Todavia,

«não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta pelas classificações e sem tomar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, quer se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) - e entre eles (sobretudo) todos os que falam e escrevem a respeito das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem» (Bourdieu, 1989 a):149).



Por outro lado, o reconhecimento dos discursos performativos produzidos para instituir diferenças, estigmas e desigualdades entre os sujeitos que os enunciam e os sujeitos que são objecto daquela mesma enunciação, tende a durar tanto mais tempo quanto os seus efeitos conseguirem, de facto, «naturalizar a diferença, fazer dela uma segunda natureza por meio da inculcação e da incorporação sob a forma de *habitus*» (Bourdieu, 1998a):115).

A generalização dos actos de comunicação associados a estes discursos precisam também, como aliás acontece na maioria das vezes, de agentes autorizados para os produzirem em nome do grupo a que pertencem e que pretendem instituir como tal. Este trabalho de instituição do grupo na sua globalidade exige a criação por este corpo da figura de porta-voz autorizado, isto é, dos agentes que constróem a crença não da sua singularidade, mas a crença «colectiva, garantida pela instituição e materializada pelo título ou por símbolos como galões, uniforme e outros atributos» (ibidem:120)<sup>10</sup>.

A questão da definição dos critérios objectivos ou subjectivos relativos à delimitação de qualquer grupo não é uma tarefa exclusiva dos porta-vozes vulgares (mesmo que conotados com alguma transcendência extra-ordinária) outorgados pelos seus respectivos agrupamentos que entendem ser necessário instituir no sentido de trabalharem não apenas para a sua conservação, mas também para a sua consagração como categoria indispensável para a sociedade. Este trabalho também é da competência da Ciência, e, no caso presente, das Ciências Sociais em geral, e, da Sociologia em particular.

#### 2.4. O papel das Ciências Sociais e a constituição «autorizada» dos grupos

Este é um velho sonho de uma certa perspectiva de Ciência como actividade social. Para se evitar esta tentativa substancialista é preciso desmontar o jogo que em qualquer circunstância está presente na definição dos grupos. Por outras palavras «é na condição de exorcizar o sonho da «ciência real», investida do direito de *regere fines* e de *regere sacra*, do poder nomotético de decretar a união e a separação, que a ciência se pode dar como objecto, o próprio jogo onde é disputado o poder de reger as fronteiras sagradas, quer dizer, o poder quase divino sobre a visão do mundo e onde não há outras escolhas, para quem pretenda exercê-lo (e não sofrê-lo), senão mistificar ou desmistificar» (Ibidem:134).

A participação directa da Ciência, em geral, e da Sociologia, em particular no jogo que é a construção dos grupos, requer do sociólogo francês um outro olhar mais agudo, agora de cariz mais epistemológico. A própria realidade onde os objectos se encontram mergulhados não escapa à luta simbólica. Por outras palavras a própria definição de realidade social não deixa de ser apreciada como um objecto sujeito a determinadas representações simbólicas. Ora a própria Sociologia ao envolver-se numa dada definição do que é a realidade, participa nessa luta simbólica porque investe também no trabalho de representação simbólica dessa mesma realidade social.

Neste sentido, se esforça por objectivação: está portador de uma função cúmplice ou crítica (ibidem:130). Para os princípios de classificação dos agentes especializados completamente alocados no campo (ibidem:130).

Qual é então o trabalho consequentemente de se tornar cúmplice ou crítico? Participa nos primeiros princípios de classificação dos agentes especializados completamente alocados no campo (ibidem:130).

A resposta para quem é jogado) das categorias sociais e do processo de criação dos critérios que representam a realidade aliada (ibidem:130).

Des-constituição que enformam o distanciamento (ibidem:130). Inevitável, a realidade está em jogo, e a opacidade que caracteriza as categorias (ibidem:130).

Esta é a primeira tentativa de resolver um problema de ordenação dos grupos (ibidem:130). Trabalho de representação importante das categorias (ibidem:130).

Mesmo a realidade não deixa de levar em conta as exclusivas percepções tão importantes aqui conotadas (ibidem:130). Trabalho de representação importante das categorias (ibidem:130).



Neste sentido, «quando o discurso é retomado nas lutas das classificações que ele se esforça por objectivar (...) o discurso científico volta na realidade das lutas de classificação: está portanto votado a aparecer como *crítico* ou como *cúmplice*, segundo a relação cúmplice ou crítica que o próprio leitor mantém, ele próprio, com a realidade descrita» (ibidem:130). Para evitar qualquer compromisso com as lógicas realistas presentes nos princípios de classificação comuns – ou nos princípios de classificação produzidos por agentes especializados ou mandatados para o fazer –, a Sociologia tem de «explicitar completamente a relação entre as lutas pelo princípio de divisão legítima que se desenrolam no campo científico e aquelas que se situam no campo social» (ibidem:130).

Qual é então a saída possível para a Ciência evitar cair na tentação nomotética, e, conseqüentemente, universalizante? Qual é então a postura da Ciência face ao perigo de se tornar cúmplice do jogo social em que se encontra envolvida quando também ela participa nos princípios de classificação dos grupos e das categorias sociais?

A resposta parece ser a seguinte: desmistificar a forma como o jogo é jogado (e por quem é jogado) quando o propósito é a constituição instituída dos grupos, classes e categorias sociais. Desmistificar o jogo significa des-construí-lo, isto é, significa analisar o processo de criação dos grupos, desde o estabelecimento dos princípios constitutivos dos critérios que estiveram na base daquele trabalho até aos possíveis efeitos da força de representação ali instituída quando o agrupamento aparece definitivamente formalizado.

Des-construir os princípios e os critérios sociais – autorizados ou não licenciados – que enformam a construção dos grupos e das categorias, não só exige a prática do distanciamento científico face às pré-noções comuns, mas também requer, como corolário inevitável, a revelação dos interesses que estão ali em jogo. Revelando os interesses que estão em jogo, o cientista consegue resolver os enigmas que estão subjacentes à própria opacidade que envolve os processos constitutivos da construção social dos grupos e das categorias.

Esta é a proposta da Sociologia crítica de Bourdieu. No fundo, o que está em causa é resolver um problema insolúvel à sua partida. Das lutas de classificação presentes na ordenação dos grupos, em que todas elas não conseguem escapar ao síndrome do trabalho de representação simbólica, o jogo científico apresenta-se também como uma peça importante daquelas mesmas lutas.

Mesmo a sua reconstrução presidida por critérios mais explícitos e compósitos não deixam de levantar questões sobre a sua própria construção. Mas, por outro lado, fixarmos exclusivamente num trabalho de desmitificação é assumirmos em definitivo uma percepção tão distanciada quanto perigosa em relação aos outros que são, por oposição, aqui conotados como mistificadores da realidade. Não haverá outra alternativa à oposição mistificar-desmitificar?



### 3. Vale a pena continuar a insistir no valor heurístico e operacional detido pelos conceitos de poder e de dominação?

A fragilidade conceptual contida nos conceitos de poder e dominação simbólica desenvolvidos por Bourdieu deriva do facto de a orientação assumida por aqueles dois conceitos nesta matriz teórica retirar aos menos possidentes (mas num sentido mais amplo – o sentido inscrito na própria concepção epistemológica atribuída ao conceito de «agente» – atinge também os mais possidentes) qualquer possibilidade de intervenção no limite das considerações sociológicas avançadas por este sociólogo acerca das relações dominantes-dominados. Mas tais limitações de intervenção reflexiva – não vamos agora discutir em que grau se deve pensar o efeito da actuação reflexiva dos indivíduos modernos – não atingem só os membros das classes desfavorecidas.

É no âmago do próprio conceito de «agente» que estão contidas aquelas mesmas limitações. Ao ligar a agência agenciada pelo agente às estruturas – ou às condições materiais de existência – Bourdieu faz destas condições exteriores aos indivíduos os limites do investimento reflexivo dos actores no espaço e nos campos sociais.

Na verdade, o agenciamento prático do agente está condicionado por uma dada matriz – inscrita no habitus – que por sua vez depende das condições materiais de existência que envolve permanentemente os indivíduos – sós ou em grupo. Por outras palavras, o sentido prático dos agentes é revelado, ou a sua objectivação é revelada pela utilização de instrumentos de som – a metáfora da orquestra – que se auto-regula sem nunca haver da parte dos tocadores qualquer actuação reflexiva face a essas regras, as de interpretação, por exemplo, porque esta se encontra dependente dos efeitos possíveis emanados das posições ocupadas, o que é o mesmo que dizer, dos efeitos tornados possíveis pelas condições materiais de existência que envolvem aquelas mesmas posições.

A crítica endereçada a Marx por causa da ligação estreita que este autor faz entre a esfera económica e a aparecimento das classes, não é aqui resolvida. Bem pelo contrário: no que toca ao conceito de habitus – a matriz do agenciamento prático dos agentes – as condições materiais de existência traduzidas pelas condições associadas ao mundo das relações económicas e de produção continuam a ser consideradas como as principais condicionantes da capacitação permitida à matriz inscrita naquela orquestra que toca sem chefe de orquestra.

É sobretudo importante afastarmo-nos da sua principal tese relacionada com este tema. Esta tese aparece associada a um determinado juízo, não só do conceito de agente, mas também sobre as relações entre a força das representações e a sua utilização como instrumento eficaz para fazer garantir o poder e a dominação simbólica. Fica também claro que as relações que Bourdieu estabelece entre a produção das representações e a eficácia do trabalho realizado pelo poder e dominação simbólica, criando um mundo de ilusões, vão ao encontro das relações conceptuais estabelecidas, pelo mesmo autor, entre agente, habitus e sentido prático da prática.

Tal força é traduzida pela poderosa relação entre o trabalho de representação de diferentes categorias sociais e o seu maior aliado nesta árdua tarefa – a linguagem. A



## cional detido

inação simbólica por aqueles dois um sentido mais uída ao conceito lade de interven- ólogo acerca das xiva – não vamos a dos indivíduos

aquelas mesmas ou às condições indivíduos os li- ciais.

o por uma dada materiais de exis- a. Por outras pa- é revelada pela auto-regula sem sas regras, as de is possíveis ema- rmados possíveis ições.

utor faz entre a em pelo contrá- tico dos agentes adas ao mundo como as princi- orquestra que

onada com este ceito de agen- tilização como . Fica também resentações e a lo um mundo mesmo autor,

representação de linguagem. A

usurpação da representação comum das coisas pela representação fundamentada porque alicerçada na linguagem instituída pelos ritos de instituição é, porventura, a mais severa das consequências que resulta deste tipo de práticas associadas às práticas das classes dominantes.

Para escapar à circularidade teórica revelada pela perspectiva bourdiniana do poder e da dominação simbólicas torna-se indispensável procurar outro itinerário analítico.

A nossa proposta vai ao encontro das questões avançadas pelas perspectivas *que assentam no princípio da justificação quando analisam os actos dos actores que buscam justiça* (Boltanski:1990), nomeadamente aquelas que mais se têm dedicado a analisar sociologicamente a ligação daquele princípio com a história dos grupos sociais, em particular dos agrupamentos profissionais. As representações assumem neste quadro analítico outro significado, distinto daquele que é apresentado por Bourdieu.

Tal distinção é sobretudo mais notória naquilo que, habitualmente, os seus críticos designam como os efeitos políticos imediatos estabelecidos no mundo da «cité» pela ordem simbólica (Boltanski,Thévenot,1991, 1ª edição 1987): a contribuição para a manutenção da ordem social – na «cité» pública – através da conservação daquela ordem simbólica. Assim sendo, a sua transformação só é garantida com uma autêntica revolução simbólica. Isto é, a mutação do sentido da correlação de forças entre dominantes e dominados só acontece no mundo da «cité» quando for possível pôr em causa os pilares da actual ordem simbólica das sociedades modernas classistas e desigualitárias.

O seu término é alcançado com a substituição dos critérios que suportam a antiga ordem simbólica por outros critérios baseados noutros princípios, que, por sua vez, fundam a nova ordem simbólica. Por outras palavras, as alterações socialmente significativas dependem da alteração da velha ordem simbólica e dos recursos a que ela se encontra ancorada.

Por outro lado, tanto a ordem simbólica substituída como a nova ordem simbólica instituída dependem em última instância dos atributos sociais detidos pelos agentes em competição nos campos e no espaço societal. Por outras palavras, a natureza da última instância alicerça-se nas modalidades de distribuição das posições sociais na estrutura dos campos, e em particular na estrutura dos campo das classes sociais – o campo dos campos como sublinha Bourdieu.

A alteração dos sentidos ou das representações emanadas por qualquer ordem simbólica implica, por isso, uma alteração profunda na estrutura de distribuição dos capitais, em particular, na distribuição dos capitais que em cada campo são considerados como os mais determinantes na fundamentação das lógicas ou das gramáticas que presidem, quer à consolidação do poder e da dominação simbólicas, quer à consolidação da ordem simbólica. Mas para desfazer as referidas gramáticas que são criadas sempre em correspondência com os interesses defendidos por quem detém as posições dominantes, é preciso acumular capitais, recursos de toda a espécie, meios indispensáveis para ter acesso à chave do código, e através dele entrar nas gramáticas. Por outras palavras, quem está iludido em virtude do trabalho de ilusionismo realizado por quem está em condições de o produzir, só deixa aquele estado quando conseguir perceber como se constrói esse mundo de ilusões.



Porém ter acesso ao código não é apenas um procedimento técnico, isto é, não é apenas necessário deter o saber que permita des-construir as gramáticas. É igualmente indispensável saber desmontar o processo que leva à aquisição das gramáticas, mas sobretudo desmontar o processo relativo aos efeitos sociais dos usos daquelas mesmas gramáticas tanto no espaço como nos diferentes campos sociais.

Contudo, a complexidade das sociedades modernas, com a sua crescente segmentação e diferenciação transforma tal empreendimento num trabalho de difícil realização concreta, sobretudo por quem não tem recursos para o fazer. Na realidade, nem sempre tais gramáticas assentam em critérios e princípios homólogos. As transmutações operadas nestes códigos entre diferentes campos revelam um grande investimento que recai sobretudo no trabalho desenvolvido pela fracção aristocrática dos operadores dos quadros jurídicos elaborados no âmbito das actividades realizadas pelo Estado.

Da dificuldade em compreender a troca de sentidos e de significados ali produzidos, e socialmente representados por estes aristocratas da arte de bem tecer a razão do Estado, passa-se para a dificuldade em compreender todo o processo a que estão associados os actos de reconhecimento delegados pelos dominados aos dominantes. Esta delegação do poder e da dominação simbólica é o resultado de arquitecturas relacionais que assentam num conformismo lógico e moral a que se encontram votados os dominados. Mesmo a produção das lutas simbólicas não altera este retrato. Aliás, tais lutas são mais a expressão de clivagens no interior das classes dominantes, do que propriamente a expressão dos interesses manifestados pelos membros das classes dominadas.

Na verdade, o lugar de destaque atribuído por Bourdieu à linguagem autorizada que suporta o discurso performativo dos grupos e classes dominantes tem uma importância acrescida na constituição e consolidação da ordem simbólica. O desempenho eficaz dos porta-vozes que pretendem instituir os grupos e as categorias depende efectivamente da utilização correcta desse mesmo discurso e da linguagem que os autorizam a falar em nome dos outros membros, subordinados ou correligionários. O carácter abrangente dos porta-vozes e das instituições conferido por Bourdieu, não significa que este sociólogo não tenha atribuído ao Estado uma função crucial em todo este processo de institucionalização dos grupos e das categorias sociais, sobretudo através do trabalho desenvolvido pelos agentes dos campos político e jurídico.

Conceder um lugar central ao discurso que enuncia e enforma os grupos e categorias é conferir também um lugar central aos esquemas de pensamento que estão presentes nos habitus das classes dominantes, nos habitus institucionais e nos habitus dos referidos porta-vozes. Por sua vez, a participação destes habitus na construção da ordem simbólica em cada campo, e por vezes com incidências mais generalizadas no próprio espaço societal, requer que se produzam encadeamentos favoráveis entre os efeitos das posições dominantes, determinadas pela posse dos capitais – tanto em volume como no peso relativo de cada capital – e as gramáticas que suportam os discursos e a linguagem autorizada.

As observações críticas aqui endereçadas a este encadeamento que fecha o círculo do «mistério do ministério» que está presente na construção da ordem simbólica em

Bourdieu, não p  
nação nas anális  
em traduzir de  
encadeamento e  
monstrar, no pe  
lações de poder  
desenvolvidas p  
«provas e estad  
idades modern  
esfera economi

No sentid  
outros «ingred  
actores e as re  
por um lado a  
junto de «pr  
(Boltanski, 19  
nência dessa i  
as suas forma  
uma vez que  
numa compo  
talmente as

Desfaze  
nação perma  
cartografia e  
existência d  
dos das pro  
dominantes  
ção simbóli  
do dual e s  
outro lado

(ibidem:63  
os submer  
(construíd  
de sistema

Dirig  
cia nas rel  
mas, que a  
é que não  
as situaçõ  
as são m

Na  
o recourse



Bourdieu, não pretendem diminuir o valor heurístico dos conceitos de poder e de dominação nas análises sociológicas. O que se pretende por agora sublinhar é a dificuldade em traduzir de uma forma operativa e produtiva, do ponto de vista da investigação, o encadeamento em sistema fechado destes dois conceitos presentes, como tentamos demonstrar, no pensamento de Bourdieu. As sucessivas dependências criadas entre as relações de poder e as relações de dominação, assentes totalmente na correlação de forças desenvolvidas pelas classes dominantes e dominadas, tornam impossível identificar outras «provas e estados» de dominação (Martuccelli:2001:17-70) que se estruturam nas sociedades modernas, agora fundadas por outras fontes diferentes daquelas – sobretudo a esfera económica – que são mencionadas por este sociólogo francês.

No sentido de tornar operativa esta abordagem é importante ter em consideração outros «ingredientes» teóricos que transformam o próprio olhar do sociólogo sobre os actores e as relações que estes tecem socialmente. Produzir esse outro olhar, leva-nos, por um lado a considerar que não é possível conceber os actores como detendo um conjunto de «propriedades (que estão) inscritas uma vez por todas nas pessoas». (Boltanski,1990:58). Mas, por outro lado, leva-nos também a considerar que a permanência dessa inscrição só existe na perspectiva crítica de Bourdieu porque os agentes e as suas formas de agir estão fortemente dependentes daquelas mesmas propriedades, uma vez que são definidas por «referência uma cartografia social» (ibidem:59) assente numa composição estrutural posicional que não só lhes é exterior como constringe totalmente as suas acções.

Desfazer o nó conceptual de um pensamento sociológico ancorado na ideia da fixação permanente dos actores a posições sociais exteriores que compõem uma dada cartografia que os constringe, é também pressupor que nos afastamos do postulado da existência de um mundo de ilusões que sujeita os actores em geral, e os mais desprovidos das propriedades estruturais em particular, dos efeitos do jogo levado a cabo pelos dominantes, e que aparece ligado às concepções de Bourdieu sobre o poder e a dominação simbólicas. Rejeitar o mundo das ilusões, significa rejeitar a existência de um mundo dual e separado por dois níveis: de um lado o mundo «das crenças do actor» e do outro lado o mundo «da realidade profunda à qual só o sociólogo podia ter acesso» (ibidem:63). Ora o que nos interessa explorar são os «argumentos dos actores (...), sem os submeter à nossa crítica, contentando-nos a confrontá-los com os modelos (construídos em laboratório), cuja criação resulta do próprio trabalho de explicitação e de sistematização produzido pela competência comum» (ibidem:63).

Dirigir o olhar para este ângulo não significa que se ignore quer o papel da violência nas relações políticas quer o papel das rotinas no corpo e nas interiorizações corporais, que apresentam formas desiguais nas sociedades modernas. O que importa ressaltar é que não devemos ficar confinados exclusivamente a esta visão das coisas. Nem todas as situações são marcadas pela violência e pela rotina, nem tão pouco as acções rotineiras são moldadas pelo princípio do conformismo lógico e moral.

Na verdade, muitas vezes os actores são confrontados com situações que requerem o recurso à crítica. Nestas situações o que está em jogo são acções de disputa, que envol-







Ensino Secundário Público no Estado Novo» (Resende:2001). Finalmente, parte do conteúdo deste artigo já está presente no texto anteriormente referido. De qualquer forma, este facto não retira destas reflexões a sua originalidade, uma vez que o artigo agora tornado público levanta outras interrogações ainda não formuladas no trabalho de grande fôlego, e que foi objecto da dissertação de doutoramento do seu autor.

<sup>2</sup> Desde muito cedo Bourdieu não deixou de se preocupar sobre o lugar do Estado, e dos detentores das posições dominantes nos seus aparelhos, nas sociedades modernas, capitalistas e democráticas. Podemos até afirmar que esta preocupação analítica já está presente nas suas reflexões sobre a acção da escolarização e dos seus efeitos na estrutura social das sociedades modernas com o reforço, quer das desigualdades escolares, quer nas desigualdades sociais (Bourdieu: 1985, 1ª edição 1964), (Bourdieu, Passeron, Martin: 1965), (Bourdieu, Passeron: s/d, 1ª edição 1970). A par da questão relativa às formas e às modalidades utilizadas pela instituição escolar no sentido de contribuir para a conservação das posições sociais privilegiadas na estrutura social e de classes de geração em geração, Bourdieu não deixa de se referir e de equacionar o julgamento dos professores como ingrediente indispensável para explicar não só a equação entre as desigualdades escolares e a sua tradução nas desigualdades sociais e na reprodução dos lugares das posições sociais possidentes na estrutura das relações entre as classes, como também no contributo efectivo daquele julgamento para a conservação das gramáticas simbólicas, dos seus princípios e dos seus critérios presentes nos entendimentos produzidos sobre a realidade social. Referindo-se às operações de classificação realizadas por um professor universitário de Filosofia sobre o trabalho escolar dos seus alunos do 1º ano, P. Bourdieu e M. Saint Martin, tentam levantar como hipótese a sua generalização, induzindo que tais operações estão presentes nos julgamentos efectuados por todos os docentes. Sendo «operações de cooptação», as classificações estão incumbidas de uma função específica: ao seleccionarem os alunos através de princípios e de critérios escolares – e não enformados por lógicas de natureza pedagógica e didáctica – os professores contribuem para reforçar a lógica das «estratégias de sucessão» que funcionam noutros universos, como é o caso do universo familiar. Mas, mais do que seleccionar e de através da selecção operada contribuir para reforçar as estratégias de sucessão, a razão escolar inscrita no julgamento professoral objectiva no trabalho e na relação pedagógica «formas de pensamento, de expressão e de apreciação» que «devem a sua lógica específica ao facto de que, produzidas e reproduzidas pelo sistema escolar, são o produto da transformação que a lógica específica do campo universitário impõe às formas que organizam o pensamento e a expressão da classe dominante» (Bourdieu, Martin, 1998 b):188). O habitus institucional escolar, e, por efeito do princípio de delegação estatal, o próprio habitus estatal, transfigura-se em acto de representação num habitus das classes dominantes, que se estrutura e actua, por intermédio do trabalho e da relação pedagógica dos professores nas salas de aula e em todo o espaço escolar. Esta tripla e típica homologia posicional entre classes dominantes e professores – particularmente os professores universitários – espelha-se também na matrix constitutiva do habitus dos docentes que reforçam na escola as percepções e representações das classes dominantes sobre as funções e finalidades da instituição escolar. Neste sentido, tomando assento nas classes dominantes, em lugares dominados das classes dominantes, os professores, em geral, através dos seus porta-vozes – os professores produtores de livros, manuais, sebentas, nomeadamente os professores do Ensino Universitário – constróem uma «jurisprudência professoral» (ibidem:188), cujos valores, crenças, respectivos critérios e princípios que os enformam acabam por assumir um lugar de proeminência tanto nas apreciações culturais como nas práticas de distinção que atravessam todo o espaço societal. Neste sentido, o julgamento dos professores, por intermédio do julgamento dos seus mais distintos porta-vozes, participa activamente na produção do poder e da dominação simbólicas, como tradução no espaço escolar, insistimos, do poder e da dominação simbólicas das classes dominantes. Esta participação está sobretudo consubstanciada nas representações veiculadas por estes mestres sobre o distinto julgamento cultural com uma forte incidência nas práticas de produção e consumo das obras e dos eventos de raiz cultural. Contudo, a prática distinta em torno dos consumos culturais reprecute-se também nas outras práticas sociais de distinção. Por outras palavras, a distinção do julgamento do gosto transfere-se também, com o suporte noutras mediações, para a distinção do julgamento social.

<sup>3</sup> Na sua análise sobre os processos de estruturação do campo burocrático, Bourdieu defende a tese de que os seus mais importantes representantes – os agentes políticos, técnicos e especialistas de diferentes fontes do saber teórico ou da cultura técnica – apresentam através dos seus discursos e práticas performativas uma forma muito particular de ajuizar os factos e a realidade social, distante das formas comuns de ajuizar os factos e a realidade social. A construção social dos espíritos de Estado, ou melhor, a construção social dos sistemas sim-



bólicos que tornam possível a criação de uma razão de Estado só é efectivamente provável através da posse e monopólio de um conjunto diversificado de capitais. É a posse destes capitais que torna possível a confirmação do poder e da autoridade política, técnica e simbólica. Bourdieu define como capital simbólico toda e «qualquer propriedade (qualquer espécie de capital físico, económico, cultural, social) que seja percebida por agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles são capazes de a conhecer (de se aperceberem dela) e de a reconhecer, concedendo-lhe valor. (...) Mais precisamente é a forma assumida por qualquer espécie de capital quando percebida através das categorias de percepção que são o produto da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição dessa espécie de capital. (...) Segue-se que o Estado, que dispõe dos meios de impor e de inculcar princípios duradouros de visão e de divisão de acordo com as suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração do exercício do poder simbólico» (Bourdieu, 1997, 1ª edição 1994:80-81). Como se pode depreender do raciocínio sociológico de Bourdieu, os espíritos de Estado, sob a autenticidade que lhe é conferida pelo monopólio de todas estas espécies de capital, transfiguradas posteriormente num único e singular capital - o capital simbólico -, objectivam-se através dos seus discursos e práticas performativas. Tais discursos e práticas na aparência de dizerem aquilo que o Estado é, fazem com que seja o próprio Estado a dizer aquilo que ele próprio deve ser. Este trabalho oculto ou opaco desenvolvido sobretudo pelos juristas - uma espécie de aristocracia dos Estados modernos - está na base desta particular concepção de dominação simbólica. Os discursos e práticas de nomeação e de certificação são talvez os casos mais paradigmáticos do exercício efectivo desta dominação simbólica. Actos justos e ajustados por quem reconhece a sua atribuição - e quem os atribui -, o seu explícito reconhecimento não impede de estes mesmos actos de nomeação atribuídos sejam simultaneamente referenciados por Bourdieu como «actos de autoridade, actos ao mesmo tempo arbitrários e desconhecidos como tal (...)» (ibidem:85). É a esta dupla propriedade conferida por Bourdieu à dominação simbólica, e que actua simultaneamente na prática das relações entre quem domina e quem é dominado - o reconhecimento dos actos e da sua legitimidade e o desconhecimento dos seus fundamentos e efeitos - que a transforma num objecto oculto para os dominados. O carácter oculto da dominação objectiva-se também nos seus aspectos processuais e nos procedimentos, rituais, cerimónias, encontros que os acompanham e lhe dão as formas habitualmente analisadas por Bourdieu quando este sociólogo reflecte sobre o Estado ou reflecte sobre algumas das suas instâncias mais conhecidas como é o caso da Escola.

- <sup>4</sup> A referida crescente segmentação do espaço societal nas sociedades modernas está objectivada na teoria dos campos sociais construída por Pierre Bourdieu. Apesar da crescente segmentação do espaço social em diferentes campos criados pelo sociólogo, a instância de representação simbólica mais eficaz nas sociedades modernas continua a ser o Estado e todas as suas instituições. Na verdade, para este sociólogo francês, «a unificação e a universalização relativa associada à emergência do Estado têm por contrapartida a monopolização por alguns dos recursos universais que o Estado produz e proporciona» (Bourdieu, 1997, 1ª edição 1994:91). Este recurso, denominado por Bourdieu como capital estatal, é sobretudo detido pela nobreza de Estado. Contudo, continua Bourdieu «este *monopólio universal* não pode ser obtido a não ser pelo preço de uma submissão (pelo menos aparente) ao universal e de um reconhecimento universal da representação universalista da dominação, apresentada como legítima, desinteressada» (ibidem:91). Isto é, apesar de existir uma maior possibilidade de haver outras instâncias de representação simbólica nas sociedades modernas, em última instância o controlo exercido sobre esta representação, através do exercício do poder e da dominação simbólicas, depende exclusivamente do Estado, das instituições que estão ao seu serviço, ou por outras palavras, depende da ordem simbólica criada pela nobreza de Estado, que sob a capa da prestação desinteressada de um serviço público, impõe ao comum dos cidadãos os princípios de visão e de di-visão inscritos no habitus estatal.
- <sup>5</sup> A importância detida pelo capital cultural na construção e difusão dos discursos performativos produzidos pelos agentes do Estado está sempre presente nas análises de Bourdieu. Não só este capital é fundamental para todos «profissionais da produção simbólica» (Bourdieu, 1997, 1ª edição 1994:61), uma vez que é através da detenção deste recurso que é possível construir os registos escritos a partir dos quais a representação simbólica do mundo natural e social se pode ancorar, abrigando-se de eventuais tempestades, como é absolutamente imprescindível para os juristas, uma vez que estes profissionais se apresentam hoje em dia como a principal fracção da vasta nobreza de Estado.. Sobre o lugar proeminente ocupado por este corpo profissional, Bourdieu considera ser indispensável analisar com rigor «a estrutura do campo jurídico, trazer à luz do dia os interesses genéricos do corpo dos detentores dessa forma particular do capital cultural, predisposto a funcionar como capital simbólico, que é a competência jurídica» e também analisar com o mesmo rigor «os interesses específicos que se impu-

ntam a cada un  
mente «ao pode

<sup>6</sup> Sobre a importância  
diplomas obtido  
*Grandes Ecoles*  
classe a imposi  
das elites que t  
resume só à imp  
probabilidades:  
les que obtém t  
semprem um  
contribuem par  
os lugares cima  
uma forma de  
afirmar que pa  
particular, asse  
- que é constit  
sociedades mo  
desta gramátic  
simbólica - co  
classes desprov  
pelas classes d

<sup>7</sup> Em toda a obr  
apresentam de  
ser desligado d  
apresentada p  
diferentes posi  
cada agente, e  
também por c  
ligados, quer  
apresentar un  
o carácter ho  
manifesta-se t  
O facto de se  
nesta perspec  
mento social  
campos, quer  
do os capitais  
seu sentido p  
noutras form  
formalização  
outros estado  
ção (ou já m  
verdade, a m  
propriedades  
tidos à sua  
respectivas g  
do e utilizad

<sup>8</sup> Quando Bour  
atributos no  
ções sociais  
atenção par



vável através da posse e a possível a confirmação simbólica toda e «qual- seja percebida por agente e se aperceberem dela) e por qualquer espécie de incorporação das divisões que se que o Estado, que de acordo com as suas «bólicas» (Bourdieu, 1997, os espíritos de Estado, itais, transfiguradas pos- sés dos seus discursos e o Estado é, fazem com ou opaco desenvolvido a base desta particular ção são talvez os casos astados por quem reco- e de estes mesmos actos os de autoridade, actos propriedade conferida ções entre quem domi- onhecimento dos seus carácter oculto da domi- cerimónias, encontros lo este sociólogo reflec- é o caso da Escola.

jectivada na teoria dos aço social em diferen- s sociedades modernas ncês, «a unificação e a opolização por alguns (1994:91). Este recurso, o. Contudo, continua ubmissão (pelo menos a da dominação, apre- possibilidade de haver cia o controlo exercido de exclusivamente do rdem simbólica criada lico, impõe ao comum

tivos produzidos pelos ndamental para todos e é através da detenção o simbólica do mundo mente imprescindível icipal fracção da vasta ourdieu considera ser nteresses genéricos do mo capital simbólico, ecíficos que se impo-

nham a cada um deles em função da sua posição num campo jurídico ainda fracamente autónomo» relativa- mente «ao poder real» que o mesmo é dizer relativamente ao poder da República (Ibidem:90).

<sup>10</sup> Sobre a importância detida pelo capital cultural na formação da nobreza do Estado Francês, objectivado nos diplomas obtidos em escolas credenciadas, é sugerida a leitura da obra de Pierre Bourdieu *La Noblesse d'État. Grandes Ecoles et Esprit de Corps*, Paris, Les Editions de Minuit, 1989 b). Nesta obra Bourdieu explica com clareza a importância detida pelos itinerários escolares socialmente valorizados nos processos de recrutamento das elites que fazem parte da nobreza do Estado Francês. Contudo, o contributo das Grandes Escolas não se resume só à importância que o agente estatal dá aos diplomas obtido nestas instituições e que transformam as probabilidades subjectivas de entrada nos lugares cimeiros do Estado em probabilidades objectivas para aque- les que obtêm nas fileiras escolares mais valorizadas uma classificação mais elevada. As Grandes Escolas de- sempenham uma outra função não desprezível na análise deste sociólogo francês. Estas instituições também contribuem para a formação de um habitus institucional nos estudantes seleccionados para virem a ocupar os lugares cimeiros no Estado. A incorporação deste habitus institucional é fundamental para o exercício de uma forma de julgamento que se adapte às funções e finalidades do Estado moderno. Neste sentido, é crível afirmar que para Bourdieu o trabalho da instituição escolar em geral, e das suas fileiras mais valorizadas, em particular, assegura a continuidade do núcleo central da gramática generativa – dos seus princípios e critérios – que é constitutiva do habitus estatal. O mesmo é dizer que esta instituição assegura, ou mesmo reforça, nas sociedades modernas o lugar do poder e da dominação simbólicas monopolizados pelo Estado. E é a criação desta gramática, que se vai mantendo e que se vai recompondo com o tempo, que torna possível a expressão simbólica – com uma natureza eufemística o que torna difícil a sua percepção e compreensão por parte das classes desprovidas de capital, em particular, do capital escolar -, do poder e da dominação simbólicas exercidas pelas classes dominantes.

<sup>11</sup> Em toda a obra de Bourdieu os capitais identificados são considerados como propriedades estruturais, que se apresentam desigualmente distribuídas nos agentes sociais. O lugar destas propriedades na estrutura não pode ser desligado do facto de o espaço social ser estruturado por distintas posições sociais. A perspectiva diferencialista apresentada por este pensador é continuada com a articulação que faz entre a distribuições dos agentes em diferentes posições, considerando tal distribuição de acordo, por um lado com o volume do capital detido por cada agente, e, por outro lado, com o peso relativo de cada capital no âmbito do referido volume, possuindo também por cada agente. Ora a distribuição na estrutura dos diferentes campos a que os agentes se encontram ligados, quer do volume dos capitais, quer dos pesos relativos dos capitais tanto podem variar como podem apresentar uma natureza homóloga. No que concerne às configurações apresentadas pelas classes dominantes o carácter homólogo dos capitais tende a apresentar-se como a hipótese mais provável. E essa probabilidade manifesta-se também pelo facto de os capitais não serem concebidos por Bourdieu como recursos inesgotáveis. O facto de serem propriedades escassas, a concentração em poucos agentes configura-se como a regra geral nesta perspectiva. Neste sentido, a garantia da sua escassez é determinada por um intenso trabalho de fechamento social a que as classes dominantes são levadas a desenvolver, quer em todo o espaço social, quer nos campos, quer ainda na dimensão simbólica que atravessa quer o espaço quer os campos sociais. Por isso, quando os capitais deixam de ser escassos, o desafio é maior, uma vez que as classes dominantes são levadas, pelo seu sentido prático, a trabalhá-las de outra forma, transfigurando a forma inicial desse capital desvalorizado noutras formas ou estados mais valorizados, porque ainda escassos. As formas de elevada codificação, formalização e de estilização presentes em diferentes maneiras nos capitais, tornam viável a «fabricação» de outros estados incorporados, objectivados e institucionalizados nos capitais que estão em vias de desvalorização (ou já mesmo desvalorizados), reclassificando-os, garantindo assim o seu estado de recurso escasso. Na verdade, a maior ou menor escassez dos capitais revela-se pelo maior ou menor acesso dos agentes a essas propriedades estruturais. A elevada codificação e formalização dos capitais tornam mais difícil o acesso de todos à sua posse e utilização devidas, isto é, tendo em conta a natureza abstracta e formal que envolve as suas respectivas gramáticas. É o que acontece com o capital linguístico, em particular o capital linguístico produzido e utilizado por certas fracções da aristocracia estatal.

<sup>12</sup> Quando Bourdieu faz a associação entre os capitais detidos pelos agentes e a incidência prática desses mesmos capitais no funcionamento dos campos sociais (mas também na forma como nos diferentes campos as posições sociais se encontram distribuídas na estrutura das relações entre as classes), o seu objectivo é chamar a atenção para não se confundir duas dimensões presentes quando o investigador pretende analisar as interfe-



rências dos capitais nestas configurações espaciais. Na verdade, «para descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições de tal forma que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume de capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses» (Bourdieu, 1989a):135).

- <sup>9</sup> Ainda segundo Bourdieu, «é por efeito de atribuição estatutária (*noblesse oblige*) que o ritual de instituição produz os seus efeitos mais «reais»: aquele que está instituído, sente-se impelido a estar conforme com a sua definição, à altura da sua função. O herdeiro designado (segundo um critério mais ou menos arbitrário) é reconhecido e tratado como tal por todo o grupo, a começar pela própria família e esse tratamento diferente e distintivo só pode incentivá-lo a realizar a sua essência, em viver a sua conformidade com a sua natureza social» (Bourdieu, 1998 a), 1ª edição 1982:114-115). Mas, por outro lado, é possível compreender melhor a eficácia dos ritos de instituição, através da lógica inscrita nos efeitos «de todos os títulos sociais de «crédito ou de crença (...) que, como o título de nobreza ou o título escolar, multiplicam e de forma durável, o valor do seu portador, ao multiplicar o alcance e a intensidade da crença no seu valor» (ibidem:112).
- <sup>10</sup> Em diversas ocasiões Bourdieu chama a atenção para a importância acrescida detida pelos porta-vozes nos processos constitutivos dos grupos e categorias sociais. Armado da sua concepção estrutural construtivista, Bourdieu não deixa de frisar que a formação dos grupos e categorias sociais não acontecem, nem de forma automática, nem muito menos em virtude de actos mágicos produzidos nominalmente. Na verdade, a construção social dos grupos e categorias é realizada ao longo de uma história e que os processos de classificação associados a essa longa história processual «são produtos de todas as lutas anteriores e que o mesmo se passa com as classificações utilizadas pelo analista para classificar não só as opiniões, mas também os agentes que as exprimem. (...) Todas as formas de identidade colectiva reconhecida – a «classe operária» ou a CGT, os «artífices», os «quadros» ou os «adidos», etc. – são produto de uma longa e lenta elaboração colectiva: não sendo completamente artificial, sem o que a operação de constituição não teria sucesso, cada um destes corpos de representação que justificam a existência de corpos representados dotados de uma identidade social conhecida e reconhecida, existe por todo um conjunto de instituições que são outras tantas invenções históricas (...). A importância detida neste processo pelos porta-vozes autorizados – analistas ou não analistas, teóricos ou agentes comuns – não se confina a um simples jogo de retórica desenvolvido por cada um deles. A análise dos seus contributos concretos para a formação dos grupos e categorias requer um estudo sobre «a lógica do processo de instituição, geralmente percebido e descrito como o processo de delegação, para o qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo» (Bourdieu, 1989 a):157). Este processo de delegação do poder ao mandatário, e as prerrogativas conferidas por este mesmo poder ao agente autorizado a falar em nome do grupo, de uma categoria ou do próprio povo, é para Bourdieu um processo de enorme opacidade para os agentes comuns. Daí o ter denominado como o «mistério do ministério». Na verdade, este mistério «é um desses casos de magia social em que uma coisa ou uma pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é, um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral, etc.) que pode identificar-se com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc. ou com uma entidade social, a Nação, O Estado, a Igreja, o Partido. O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando por ele, quer dizer a favor dele e no lugar dele. O círculo fica então fechado: o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele. Esta relação circular é a raiz da ilusão carismática que faz com que, no limite, o porta-voz possa aparecer e apresentar-se como causa sua» (ibidem:158)

## Bibliografia

- BOLTANSKI, L. (1990) – *L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*, Paris, Éditions Métailié.
- BOLTANSKI, L., THÉVENOT, L. (1991, 1ª edição de 1987) – *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Éditions Gallimard.



- BOURDIEU, P., PASSERON, J.-C., SAINT-MARTIN, M. de (1965) – “Les étudiants et la langue d'enseignement”, in *Rapport Pédagogique et Communication*, Paris, Mouton & Co, The Hague, e Ecole Pratiques des Hautes Études, 39-69.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. (1970) – *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1979 a)) – “Les trois états du capital culturel”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº30, 3-6.
- BOURDIEU, P. (1979 b)) – *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. (1985, 1ª edição 1964) – *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1987 a)) – “«fieldwork in philosophy»”, in *Choses Dites*, Paris, Éditions de Minuit, 13-46.
- BOURDIEU, P. (1987 b)) – “espace social et pouvoir symbolique”, in P. Bourdieu, *Choses Dites*, Paris, Éditions de Minuit, 147-166.
- BOURDIEU, P. (1987 c)) – *A Economia das Trocas Simbólicas*, Introdução, organização e selecção de Sérgio Miceli, São Paulo, Editora Perspectiva.
- BOURDIEU, P. (1989 a)) – *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, P. (1989 b)) – *La noblesse d'Etat. Grandes Écoles et Esprit de Corps*, Paris Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1997, 1ª edição 1994) – *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora.
- BOURDIEU, P. (1998 a)) – *O que falar quer dizer. A economia das trocas simbólicas*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, P. (1998 b)) – *Escritos de Educação*, Petrópolis, Editora Vozes.
- CHASSER, E. (1972) – *La philosophie des formes symboliques. 3. La phénoménologie de la connaissance*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- CHASSER, R. (1989) – “Le monde comme représentation”, *Annales ESC*, nº6, 1505-1520.
- ERDDE, M. (1992, 1ª edição 1949) – *Tratado de História das Religiões*, Porto, Edições ASA.
- MARTINOCELLI, D. (2001) – *Dominations ordinaires. Explorations de la condition moderne*, Paris, Éditions Balland.
- MUSS, M. (1997, 1ª edição 1950) – *Sociologie et Anthropologie*, Paris, Quadrige/PUF.
- RESENDE, J.M. (2003) - *O Engrandecimento de uma profissão. Os professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.